

integrante dos seus direitos de personalidade, de utilização restrita, seja qual for a forma ou finalidade que dependerá de prévia autorização da Diretoria.

Artigo 6º - A DII BRASIL - Associação Nacional dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais poderá autorizar, por meio da sua diretoria, de forma prévia e expressa, o uso da sua logomarca pelas associações dos Estados e Distrito Federal.

Artigo 7º - A DII BRASIL - Associação Nacional dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais organizará e manterá os serviços que se fizerem necessários ao cumprimento dos objetivos sociais.

Parágrafo Único - No desenvolvimento de suas atividades, a DII BRASIL - Associação Nacional dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência. O trabalho da DII BRASIL - Associação Nacional dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais é destinado a todos os portadores da Doença de Crohn e de Retocolite em território nacional, de todas as idades, raça, cor, gênero e religião.

CAPÍTULO II

DO QUADRO SOCIAL

Artigo 8º - A DII BRASIL - Associação Nacional dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais será constituída por entidades associadas congêneres com ou sem personalidade jurídica sediadas no território nacional, denominadas afiliadas. Por definição, são as entidades constituídas ou que venham a se constituir com os mesmos propósitos e objetivos da DII BRASIL - Associação Nacional dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais, que solicitarem e tiverem a sua filiação aprovada pela Diretoria.



Parágrafo 1º - A qualidade de associada é intransferível e não será titular de nenhuma quota ou fração ideal de patrimônio da DII BRASIL - Associação Nacional dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais.

Parágrafo 2º - As entidades associadas não serão reembolsadas das contribuições que realizarem por ocasião da fundação da DII BRASIL - Associação Nacional dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais ou que venham a realizar em favor da mesma.



Artigo 9º - São direitos das associadas com personalidade jurídica:

- Participar das reuniões de Assembleia Geral com direito a voz e voto com peso dois, cabendo a cada afiliada apenas um voto;
- Participar das reuniões de caráter científico, educativo, de cursos e outros eventos promovidos pela DII BRASIL - Associação Nacional dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais;
- Ter acesso às conclusões de estudos pesquisas e informações elaboradas pela DII BRASIL - Associação Nacional dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais;
- Apresentar propostas ou sugestões, por escrito, que visem a consecução dos objetivos da DII BRASIL - Associação Nacional dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais;
- Ter assegurada ampla defesa nos processos ético-disciplinares;
- Receber material educativo e de divulgação em quantidade adequada às suas necessidades;
- Receber orientação para captação de patrocinadores locais;
- Apresentar candidatos aos cargos de administração da DII BRASIL - Associação Nacional dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais;

Parágrafo único: Às associadas sem personalidade jurídica assistem os mesmos direitos, exceto o voto que terá peso um.

Artigo 10º - São deveres das associadas:

- Comparecer às reuniões para as quais forem convocadas;

</

Artigo 13º - A DII BRASIL - Associação Nacional dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais será administrada, organizada e fiscalizada pelos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal.

A ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 14º - A Assembleia Geral, órgão soberano da DII BRASIL - Associação Nacional dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais será constituída por até dois representantes de cada uma das Afiliadas, em pleno gozo de seus direitos estatutários;

§ 1º - Nas Assembleias Gerais será admitido voto por procuração, via postal ou correio eletrônico pelo e-mail contato@diibrasil.org.br.

Artigo 15º - Compete à Assembleia Geral:

Compete à Assembleia Geral:

- a) Eleger e destituir os membros da Diretoria;
- b) Decidir sobre as reformas do presente estatuto;
- c) Decidir sobre a extinção da DII BRASIL - Associação Nacional dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais;
- d) Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- e) Deliberar sobre a proposta de programação anual, Relatório de Atividades e Balanço Patrimonial, após parecer do Conselho Fiscal;
- f) Relatório de Atividades e Balanço Patrimonial, após parecer do Conselho Fiscal;
- g) Deliberar assuntos de interesse científico, legal e administrativo levados à sua pauta.

Artigo 16º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, até o dia 30 de maio, para aprovar o Relatório de Atividades da Diretoria; discutir e homologar as contas e o Balanço aprovado pelo Conselho Fiscal e a cada quatro anos, para eleger os membros da Diretoria, da DII Jovem e homologar os membros do Conselho Fiscal.



</

- k) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto bem como as decisões da Assembleia Geral.



Artigo 24º - Compete ao Vice-Presidente

- Auxiliar o Presidente no desenvolvimento de suas atividades, executando as tarefas que lhe forem confiadas;
- Substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância, até o final do mandato;
- Representar a DII BRASIL - Associação Nacional dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais em substituição ao Presidente em eventos onde este não possa se fazer presente.

Artigo 25º - Compete ao 1º Secretário:

- Substituir o Vice-Presidente em suas ausências ou impedimentos e o Presidente, caso o Vice não possa fazê-lo;
- Secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral redigindo as suas atas, mantendo sob a sua guarda os livros e arquivos pertinentes;
- Dirigir os serviços de secretaria e executar outras atividades inerentes ao cargo;
- Coordenar a revisão de estatuto das entidades que requererem a condição de membro;
- Manter atualizado o quadro societário propondo sugestões para o seu crescimento, atentando para eventuais evasões;
- Elaborar os Relatórios e os Planos de Atividades;
- Encarregar-se da correspondência oficial da DII BRASIL - Associação Nacional dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais;
- Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto, bem como as decisões emanadas do Presidente.

Artigo 26º - Compete ao 2º Secretário auxiliar o 1º Secretário e substituí-lo em sua ausência ou impedimento.

Artigo 27º - Compete ao 1º Tesoureiro:

decidida por deliberação da Assembleia Geral, por no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros, nos termos deste estatuto.

Artigo 39º - Em caso de dissolução ou extinção da DII BRASIL - Associação Nacional dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais, o respectivo patrimônio líquido remanescente será destinado, a critério da Assembleia Geral à outra entidade congênere devidamente registrada no CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social.

Artigo 40º - Os diretores, conselheiros, associados, benfeitores ou equivalentes não serão remunerados e não perceberão quaisquer vantagens, benefícios ou equivalentes, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas neste estatuto.

Parágrafo único – A proibição contida neste artigo não gera incompatibilidade com a prestação de serviços profissionais, desde que atendido o disposto no artigo subsequente.

Artigo 41º - A DII BRASIL - Associação Nacional dos Portadores de Doenças Inflamatórias Intestinais não distribui às suas diretores, conselheiros, empregados ou doadores, eventuais operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações de seu patrimônio, auferidos durante o exercício de suas atividades integralmente na consecução do seu objetivo social.

Artigo 42º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e, quando necessário, referendados pelo Conselho Fiscal ou Assembleia Geral.

Artigo 43º - O presente estatuto foi aprovado pela Assembleia Geral do dia 03/05/2021 (três de maio de dois mil e vinte e um), podendo ser alterado no todo ou em parte a qualquer tempo, sempre mediante decisão da Assembleia Geral especialmente convocada para a finalidade e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

